



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

147  
12

Habeas Corpus n.º 0204590-9 – Vara Única da Comarca de Inajá

Impetrante: José Augusto Branco E OUTRO  
Paciente: José Rawlinson Ferraz  
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins  
Procuradora: Drª Maria Tereza  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

136

**EMENTA:** PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS PREVENTIVO*. HOMICÍDIOS CONSUMADOS E TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA. ADMISSIBILIDADE. BONS ANTECEDENTES. INOCORRÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Havendo indicação sólida da necessidade e dos motivos para segregação provisória do paciente, atendendo aos requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, não há que se falar em constrangimento ilegal na decretação da prisão preventiva do réu.

3. A primariedade, os bons antecedentes e o emprego fixo não são garantidores de direito à liberdade provisória, se a manutenção da custódia é recomendada por outros elementos autorizadores da segregação.

4. Ordem denegada, por unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* n.º 0204590-9, da Vara Única da Comarca de Inajá-PE, em que são partes as acima indicadas. Acordam, unanimemente, os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada em 9/12/2010, denegar a ordem, tudo de acordo com o relatório, a ementa e os votos anexos, que fazem parte do julgado.

Recife, 9 de Dezembro de 2010.

Des. Roberto Ferreira Lins.  
(Presidente e Relator)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

Habeas Corpus n.º 0204590-9 – Vara Única da Comarca de Inajá

Impetrante: José Augusto Branco E OUTRO  
Paciente: José Rawlinson Ferraz  
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins  
Procuradora: Drª Maria Tereza  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

137

**RELATÓRIO**

Cuida-se de *Habeas Corpus* Preventivo, com pedido de liminar, impetrado pelos Béis. José Augusto Branco e Hécio Ferreira de Oliveira França, por meio da atrel de fls. 02 a 16, em prol de José Rawlinson Ferraz, denunciado pela prática dos delitos previstos no artigo 121, §2º, incisos I, IV e V, art. 121, §2º, inciso IV, c/c art. 14, inciso II, e art. 288, todos do Código Penal, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito substituto da Comarca de Inajá-PE.

Os impetrantes asserem que deve ser cassado o decreto preventivo expedido em desfavor do paciente, lavrado em procedimento não judicializado de início, estando o mesmo totalmente desprovido de fundamentação em fatos reais e concretos, não sendo a gravidade do crime, a credibilidade da justiça e a comoção social, dissociados da realidade fática, aptos a embasar a prisão ao cautelar. Alegam que não há provas nos autos da suposta pressão sofrida pelas testemunhas e que se trata de meros informantes, porquanto os mesmos são inimigos do paciente.

Afirmam, ainda, que o Promotor de Justiça oficiante no feito pugnou pela revogação das prisões preventivas, alegando não estar convicto sobre a autoria delitiva, e que o paciente é primário, tem bons antecedentes e profissão definida.

Indeferida a postulação de liminar, a autoridade impetrada prestou as informações de fls. 112 a 118, esclarecendo que já foram impetrados 04 (quatro) *habeas corpus* contra as prisões preventivas decretadas nos autos do proc. nº 423.2009.370-0, fazendo remissão às decisões exaradas pelo Juiz Titular da Comarca e às informações por ele prestadas em outros *writs*.

A Procuradoria de Justiça, através do Parecer de fls. 136 a 143, opinou pela concessão da ordem, entendendo que não há ilegalidade no decreto de custódia temporária, mas que a prisão preventiva, posteriormente decretada, encontra-se desprovida de fundamentação idônea, e que os indícios de autoria são insuficientes a embasar o decreto construtivo, sendo temerária a manutenção da prisão quando o próprio autor da ação penal argumenta a necessidade de diligências, face à falta de um dos pressupostos caracterizadores da preventiva, consubstanciado nos indícios de autoria.

É o relatório.

Des. Roberto Ferreira Lins  
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

149  
12

Habeas Corpus n.º 0204590-9 -- Vara Única da Comarca de Inajá

Impetrante: José Augusto Branco E OUTRO  
Paciente: José Rawlinson Ferraz  
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins  
Procuradora: Drª Maria Tereza  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

138

**VOTO DO RELATOR**

Senhores Desembargadores, Sr(a) Procurador(a) de Justiça.

Como visto no relatório, o presente *writ* foi impetrado em favor de José Rawlinson Ferraz, denunciado pela prática, em tese, dos crimes previstos no artigo 121, §2º, incisos I, IV e V, art. 121, §2º, inciso IV, c/c art. 14, inciso II, e art. 288, todos do Código Penal.

Os impetrantes deste *habeas corpus*, inconformados com a decretação da prisão preventiva, aduzem, em síntese, que o decreto preventivo expedido em desfavor do paciente, lavrado em procedimento não judicializado de início, está desprovido de fundamentação em fatos reais e concretos, e que o paciente é primário, tem bons antecedentes, e profissão definida.

Pois bem.

*Prima facie* cumpre esclarecer que, tendo sido decretada a prisão temporária, não há que se falar em qualquer ilegalidade ante a inexistência de procedimento judicializado, porquanto, consoante bem relatado pelo MM. Juiz, em informação de fl. 129, prestada em sede de outro *habeas corpus*, não se faz necessário o encaminhamento dos autos do inquérito policial ao Poder Judiciário, tratando-se de prisão temporária.

Outrossim, com a decretação da prisão preventiva, quaisquer irregularidades porventura existentes na prisão temporária restaram convalidadas.

Quanto à prisão preventiva decretada, indubitável que a decisão dá conta da suficiência dos fundamentos, no tocante à efetiva necessidade da custódia preventiva, calcada em pressupostos preconizados pelo art. 312 do Código de Processo Penal. Reveste-se, assim, dos requisitos legais essenciais à espécie, estando baseada em dados concretos constantes dos autos e dando a noção exata ao paciente das razões pelas quais foi preso.

Observa-se, pois, no decreto constitutivo de liberdade, constante às fls. 25 a 36, a expressa menção à prova da materialidade do crime, aos indícios de autoria, e aos elementos probatórios demonstrativos de que se trata de grupo de extermínio, mostrando-se necessária a prisão do paciente, a fim de assegurar-se a ordem pública, a instrução criminal e a aplicação da lei penal.

Consta no decreto constitutivo, ainda, que Esione de Aguiar Brandão, uma das vítimas fatais do crime em comento, já havia sido vítima de dois atentados contra sua vida, havendo suspeitas de envolvimento do paciente nos atentados anteriores, o que ensejou um TCO contra o mesmo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

Habeas Corpus n.º 0204590-9 – Vara Única da Comarca de Inajá

139

Nenhum reparo está a merecer, portanto, a decisão proferida pelo MM. Juiz. Ao paciente é imputada a prática de dois crimes de homicídio consumado e um tentado, havendo notícia de que o mesmo é chefe de um grupo de extermínio e responsável pela prática de diversos crimes que atemorizam as pessoas da Cidade de Inajá, fatos que, atesourados, realmente revelam a periculosidade do paciente e a nocividade de sua liberdade para o meio social, o que justifica a manutenção de sua prisão cautelar como forma de garantir a ordem pública, assegurar a instrução criminal e a aplicação da lei penal.

Corroborando com o exposto, traz-se à colação o seguinte acerto do Superior Tribunal de Justiça:

PENAL PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. GRUPO DE EXTERMÍNIO. PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO CONCRETAMENTE FUNDAMENTADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. REAL PERICULOSIDADE DO PACIENTE. INTENÇÃO DE FUGA DETECTADA EM CONVERSAS TELEFÔNICAS. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. FEITO COMPLEXO. TRAMITAÇÃO RAZOÁVEL. ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. SÚMULA Nº 52/STJ.

1. Não há constrangimento ilegal a ser reconhecido se a prisão preventiva do paciente foi imposta de maneira devidamente fundamentada, para garantia da ordem pública, da aplicação da lei penal e por conveniência da instrução criminal.
2. É certo que a alusão à repercussão causada pelo delito não basta para justificar a necessidade da segregação provisória. Todavia, a hipótese é diversa, pois, pela análise concreta dos fatos ora em apuração, que envolvem a atividade de grupo de extermínio responsável pela morte de várias pessoas, fica evidenciada a real periculosidade dos pacientes. (...) (HC 106.155/PA, Rel. Min. Maria Thereza De Assis Moura, 6ª Turma, j. em 24/08/2009)

Ademais, a garantia da ordem pública, não visa apenas a prevenir a reprodução de fatos criminosos, mas, ainda, acautelar o meio social e a própria credibilidade da Justiça em face da gravidade do crime e de sua repercussão, devendo a conveniência da medida ser regulada pela sensibilidade do Juiz à reação do meio e à ação criminosa, consoante já decidiu o Supremo Tribunal Federal, (RTJ 124/1033).

Observa-se que, apesar da gravidade do crime, por si só, não bastar à decretação da custódia cautelar, a forma de execução da infração, a conduta do acusado, e, outras circunstâncias podem provocar insegurança social, abalando a própria garantia da ordem pública.

Aceita-se, portanto, que o conceito de garantia da ordem pública seja compreendido de modo mais flexível, não se limitando à idéia de tão-somente servir para a prevenção de novos fatos criminosos, mas também para acautelar a segurança social.

Assim, é imperiosa a manutenção da prisão cautelar, para que fatos dessa natureza, que comprometem a própria ordem social, não redundem em frustração e no descrédito da justiça. A concessão da liberdade, neste momento, geraria sentimento de impunidade e serviria de estímulo à reiteração criminosa. Sabe-se que a prisão é medida



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

Habeas Corpus n.º 0204590-9 -- Vara Única da Comarca de Inajá

140

excepcional, mas, no caso, se faz necessária para acautelar a ordem pública, tendo em vista a complexidade da trama delituosa.

Não há dúvidas, pois, quanto à devida fundamentação da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, consoante já foi, inclusive, decidido por esta Câmara, nos autos do *Habeas Corpus* n.º 0197624-7, impetrado por correu, cuja ementa segue abaixo:

Penal e Processual Penal. *Habeas Corpus* Liberatório. Homicídios Consumados e Tentado. Prisão Preventiva. Arguições de Inocência, de Falta de Fundamentação Concreta do Editó Decretatório da Segregação Cautelar e de Atributos Pessoais Favoráveis. Impossibilidade de Conhecimento da Primeira Suscitação na Via Estreita do *Mandamus*. Demais Arguições carecentes de Verossimilhança e Juridicidade. *Habeas Corpus* conhecido parcialmente e denegado. 1. Exsurge impossível o conhecimento da arguição de inocência na via estreita do remédio heróico, por desafiar exame aprofundado da prova. 2. Estando a decisão ordenadora da prisão preventiva bem fundamentada nos permissórios da garantia da ordem pública, da conveniência da instrução criminal e da asseguuração da aplicação da lei penal, não colhe o fito de invalidação do editó, por ser bradante a justa causa para a constrição determinada. 3. Pretensas Condições pessoais favoráveis ao consequimento da liberdade provisória e o princípio da presunção de inocência não impedem a decretação da preventiva, mormente quando presentes os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal. 4. Ordem parcialmente conhecida e denegada. Decisão unânime.

Outrossim, quanto às condições pessoais do paciente, tais como primariedade, trabalho definido, e endereço certo, sabe-se que, por si sós, não são óbices à decretação da prisão, pois que sucumbem ante a inaplicabilidade, no caso concreto, do art. 310 do Código de Processo Penal, e a presença dos já mencionados pressupostos do art. 312 do mesmo diploma legal.

Nesse entendimento, a nossa construção pretoriana pacificou o entendimento de que os bons antecedentes do paciente não têm o condão de evitar a prisão, valendo como exemplo o seguinte aresto do Superior Tribunal de Justiça:

PENAL. PROCESSUAL. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. CERTEZA. RÉU PRIMÁRIO E DE BONS ANTECEDENTES. "HABEAS CORPUS".

1. Não há constrangimento ilegal se o decreto, conquanto conciso, justifica plenamente a necessidade da prisão preventiva para garantia da ordem pública. Conveniente a manutenção da custódia se o acusado demonstra, através de circunstâncias concretas, o intuito de furtar-se à eventual aplicação da lei penal.

2. Ser primário, de bons antecedentes, com domicílio e profissão fixos não obstatam, por si só, a medida cautelar, que deve ser adotada sempre que presentes os pressupostos ensejadores.

3. Não se exige, para a prisão preventiva, a mesma certeza necessária à condenação. Suficientes são os indícios de autoria e prova da existência do crime.

4. "Habeas Corpus" conhecido; pedido indeferido. (STJ, Habeas Corpus n.º 1999.0401778, 5ª Turma, Rel. Min. Edson Vidigal, j. 05.08.1999).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

152  
V

Habeas Corpus n.º 0204590-9 – Vara Única da Comarca de Inajá

141

Feitas essas reflexões, voto no sentido da denegação da ordem, haja vista que o paciente não está sofrendo, sob qualquer ângulo de análise, constrangimento ilegal.

  
Des. Roberto Ferreira Lins  
Relator